UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
SERVIÇO SOCIAL

RAÍZA MARIELE OLIVEIRA DE ALMEIDA CARNEIRO

A INTERFACE ENTRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: um olhar a partir da atuação Serviço Social

Palmas – TO
Dezembro de 2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
SERVIÇO SOCIAL

RAÍZA MARIELE OLIVEIRA DE ALMEIDA CARNEIRO

A INTERFACE ENTRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS E A ADOLESCENTES: um olhar a partir das atuação do Serviço Social

Trabalho de Conclusão de Curso elaborado e apresentado à Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), na forma de artigo, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador/a: Prof. Dra. Lêda Santana de Oliveira Noleto

Palmas – TO
Dezembro de 2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
SERVIÇO SOCIAL

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da Universidade Estadual do Tocantins

C289i

CARNEIRO, Raíza Mariele Oliveira de Almeida Carneiro
A interface entre violência doméstica e a saúde mental de crianças e adolescentes: um olhar a partir da atuação do serviço social . Raíza Mariele Oliveira de Almeida Carneiro Carneiro. - Palmas, TO, 2025

Artigo de Graduação - Universidade Estadual do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Serviço Social, 2025.

Orientadora: Lêda Santana de Oliveira Noleto Noleto

1. Violência doméstica. 2. Saúde mental. 3. Crianças e adolescentes. 4. Políticas públicas.

CDD 610.7

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automatica de ficha catalográfica da UNITINS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
SERVIÇO SOCIAL

RAÍZA MARIELE OLIVEIRA DE ALMEIDA CARNEIRO

A INTERFACE ENTRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: um olhar a partir do Serviço Social

Trabalho de Conclusão de Curso elaborado e apresentado à Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), na forma de artigo, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.
Orientador/a: Lêda Santana de Oliveira Noleto

Aprovada em: 19/11/2025

BANCA EXAMINADORA

Assinatura
Lêda Santana de Oliveira Noleto
Orientadora
Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)

Assinatura
Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira
Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)

Assinatura
Ulisses Franklin Carvalho da Cunha
Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
SERVIÇO SOCIAL
Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)

A INTERFACE ENTRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: um olhar a partir da atuação do Serviço Social

Raíza Mariele Oliveira de Almeida Carneiro[1]
Lêda Santana de Oliveira Noleto[2]

Resumo: Introdução: A violência doméstica é um fenômeno complexo, no qual expressa as múltiplas expressões da questão social, que compromete o desenvolvimento físico, emocional e psicológico de crianças e adolescentes, afetando negativamente sua saúde mental. Objetivo geral: este estudo tem por objetivo analisar a interface entre a violência doméstica e a saúde mental de crianças e adolescentes com enfatização na atuação do Serviço Social nesse contexto. Específicos: 1. Descortinar os determinantes sociais que perpassam a violência doméstica e rebatem na saúde mental de crianças e adolescentes; 2. Identificar as políticas públicas e programas voltados à proteção e ao atendimento integral de crianças e adolescentes vítimas de violência; 3. Discutir o papel do assistente social nas equipes multiprofissionais nas políticas de proteção social, destacando suas contribuições para o acolhimento profissional. Metodologia: A pesquisa é de natureza qualitativa e explicativa, realizada por meio de revisão bibliográfica em bases de dados científicas. Resultados e discussões: os dados analisados revelam que a exposição à violência doméstica está associada a impactos significativos na saúde mental infanto-juvenil, como ansiedade, depressão, baixa autoestima e dificuldades de socialização. Observa-se ainda a relevância da atuação intersetorial e da implementação de políticas públicas eficazes de proteção integral por parte do Estado. Considerações finais**:** O enfrentamento da violência doméstica demanda não apenas serviços especializados e atendimento técnico qualificado, mas também transformações estruturais voltadas à redução das desigualdades sociais, à valorização da infância e à efetivação do direito universal à saúde mental. A consolidação de uma rede de proteção social sólida e interligada depende de investimentos públicos contínuos, formação profissional permanente e de um compromisso ético e político com a defesa da vida e a garantia dos direitos humanos.

[1] Graduando em Serviço Social pela Unitins. E-mail: raizamariele@gmail.com

[2] Doutora em Educação na Amazônia pela EDUCANORTE/UFT e professora do Colegiado do Curso de Serviço Social – Campus Palmas. E-mail: leda.so@unitins.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
SERVIÇO SOCIAL

Palavras-chave: Violência doméstica; Saúde mental; Crianças e adolescentes; Serviço Social; Políticas públicas.

THE INTERFACE OF DOMESTIC VIOLENCE AND THE MENTAL HEALTH OF CHILDREN AND ADOLESCENTS: A view from the social services

Abstract: Introduction**:** Domestic violence is a complex phenomenon that reflects multiple dimensions of the social question and significantly compromises the physical, emotional, and psychological development of children and adolescents, negatively impacting their mental health. General Objective**:** This study aims to analyze the interface between domestic violence and the mental health of children and adolescents, with emphasis on the role of Social Work in this context. Specific Objectives**:** 1. To examine the social determinants that underpin domestic violence and affect the mental health of children and adolescents; 2. To identify public policies and programs aimed at protecting and providing comprehensive care to children and adolescents who are victims of violence; 3. To discuss the role of social workers within multidisciplinary teams in social protection policies, highlighting their contributions to reception. Methodology: This qualitative and explanatory research was conducted through a literature review in scientific databases. Results and Discussion**:** The findings indicate that exposure to domestic violence is associated with significant effects on child and adolescent mental health, including anxiety, depression, low self-esteem, and socialization difficulties. The study also underscores the importance of intersectoral collaboration and the implementation of effective public policies to ensure comprehensive protection by the State. Final Considerations**:** Addressing domestic violence requires not only specialized services and qualified technical assistance but also structural transformations aimed at reducing social inequalities, valuing childhood, and guaranteeing the universal right to mental health. The consolidation of a strong and interconnected social protection network depends on continuous public investment, ongoing professional development, and a firm ethical and political commitment to safeguarding life and ensuring human rights.

Keywords: Domestic violence; Mental health; Children and adolescents; Social Work; Public policie.

1. Introdução

A violência doméstica contra crianças e adolescentes configura-se como uma realidade alarmante que compromete significativamente o desenvolvimento integral de sujeitos em uma das fases mais sensíveis da vida. Trata-se de um fenômeno multifacetado, marcado por relações assimétricas de poder, desigualdade, negligência, abandono, abuso físico, psicológico, sexual, bem como outras formas de violação de direitos, que ocorrem predominantemente no âmbito familiar, espaço que, idealmente, deveria representar proteção, afeto e segurança.

Para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, vale destacar a proteção social especial (PSE). A PSE é um conjunto de ações direcionas às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco social ou pessoal, por ocorrência de abandono, mais tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso e exploração sexual, uso de substâncias psicoativas, entre outros. Esses serviços tem estreita interface com o sistema de garantia de direitos exigindo uma gestão compartilhada com o poder judiciário, ministério público e outros órgãos.

Contudo, para um contingente expressivo de crianças e adolescentes, o ambiente doméstico transforma-se em lócus de vivências adversas e estressores psicossociais**,** cujos efeitos repercutem de maneira significativa sobre a saúde mental e o bem-estar emocional.

As consequências da violência doméstica são amplas e se manifestam tanto de maneira imediata quanto ao longo da trajetória de vida das vítimas. Minayo (2006) afirma que crianças e adolescentes expostos a essas experiências tendem a desenvolver sintomas como medo constante, ansiedade, depressão, baixa autoestima, dificuldades de socialização, comportamentos agressivos e transtornos mentais mais graves**.** Nesse contexto, a saúde mental deve ser compreendida a partir de uma perspectiva ampliada, que considere os determinantes sociais das violências vivenciadas, tais como a pobreza, o racismo, as desigualdades de gênero, e a insuficiência de políticas públicas eficazes.

Diante dessa realidade, destaca-se a importância da atuação do Serviço Social. Embasado no projeto ético-político comprometido com os direitos humanos, a justiça social e a emancipação dos sujeitos, o trabalho do assistente social ultrapassa a mediação de conflitos ou o mero encaminhamento institucional. A profissão demanda uma escuta qualificada, sensível às marcas subjetivas da violência, articulada a uma

análise crítica que reconhece os sofrimentos individuais como expressão de determinações sociais mais amplas. Nesse sentido, a prática profissional exige o fortalecimento das redes de proteção social, a articulação intersetorial das políticas públicas e a defesa ativa dos direitos das crianças e adolescentes.

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, constituem os principais marcos legais que asseguram a proteção integral a esse segmento populacional, reconhecendo-o como sujeito de direitos e atribuindo responsabilidades à família, à sociedade e ao Estado. Contudo, a efetivação desses direitos depende do comprometimento técnico e político dos profissionais que integram a rede de proteção, mas para que isso aconteça, exige investimento em recursos por parte do Estado, sujeito no qual tem como dever assegurar os direitos de crianças e adolescentes. Diante disso vale ressaltar a maior autonomia dos profissionais, uma vez que o assistente social se destaca como agente estratégico na identificação, denúncia e enfrentamento das violações de direitos, bem como na proposição de ações voltadas à superação das desigualdades e à promoção da dignidade humana**.**

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão acerca dos impactos da violência doméstica na saúde mental de crianças e adolescentes, com vistas a subsidiar práticas profissionais mais qualificadas no campo do Serviço Social. Esta pesquisa nasce de uma sensibilidade pessoal profunda com as realidades de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, vivenciadas em contextos próximos, impulsionando o desejo de compreender seus impactos na saúde mental para contribuir eticamente no Serviço Social. Considerando a complexidade e a recorrência dessas situações, torna-se imprescindíveis que os assistentes sociais estejam preparados técnica e eticamente para atuar em contextos marcados por múltiplas expressões da questão social: pobreza, trabalho infantil, drogadição e violação de direitos humanos, demandando uma abordagem interdisciplinar e sensível às especificidades do público infanto-juvenil.

Assim, esta investigação tem como objetivo geral analisar, por meio de uma pesquisa explicativa, as produções acadêmicas que abordam os impactos da violência doméstica na saúde mental de crianças e adolescentes, bem como as contribuições do Serviço Social na abordagem desse fenômeno no Brasil. Os objetivos específicos consistem em: (1) Descortinar os determinantes sociais que perpassam a violência

doméstica e rebatem na saúde mental de crianças e adolescentes; (2) Identificar as políticas públicas e programas voltados à proteção e ao atendimento integral de crianças e adolescentes vítimas de violência; (3) discutir o papel do assistente social nas equipes multiprofissionais nas políticas de proteção social, destacando suas contribuições para o acolhimento, a escuta qualificada e a promoção de estratégias de cuidado e garantia de direitos.

Nesse escopo, este trabalho propõe-se a contribuir com o fortalecimento das ações intersetoriais e das práticas profissionais alinhadas ao projeto ético-político do Serviço Social, promovendo uma abordagem integral e crítica voltada à proteção da infância e adolescência.

Este estudo é de natureza qualitativa, trata-se de uma pesquisa explicativa com revisão bibliográfica**,** baseada na busca e análise de publicações disponíveis em bases de dados científicas renomadas, incluindo SciELO, LILACS, PubMed, CAPES e Google Acadêmico**.** O objetivo é reunir e sintetizar conhecimentos sobre a relação entre violência doméstica e a saúde mental de crianças e adolescentes, considerando o papel do Serviço Social nesse contexto**.** Entre os principais autores utilizados estão Assis (2002), Hildebrandt (2019) Minayo (2006) Fatori de Sá (2010), Saffioti (2004) e Silveira (2008).

Para garantir a atualidade e relevância dos dados, foram adotados como critério de inclusão apenas artigos e documentos publicados nos últimos 10 anos**,** assegurando que as informações estejam alinhadas com as tendências e descobertas relevantes. A busca por materiais foi realizada utilizando descritores combinados, tais como: “violência doméstica”, “saúde mental”, “crianças e adolescentes”, “Serviço Social” e “intervenção psicossocial”. A escolha dessas palavras-chave teve como objetivo garantir a abrangência e a relevância dos conteúdos selecionados, permitindo identificar publicações alinhadas aos eixos centrais do estudo. Os dados coletados foram organizados e analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011)**,** buscando identificar categorias temáticas recorrentes, lacunas na produção científica e contribuições relevantes para a prática profissional.

2. Violência Doméstica e seus Impactos na Saúde Mental de Crianças e Adolescentes.

A violência doméstica contra crianças e adolescentes configura-se como uma das formas mais graves de violação dos direitos humanos, comprometendo de maneira profunda o desenvolvimento físico, emocional e psicológico dos sujeitos em processo de formação. Trata-se de um fenômeno complexo, multifacetado e persistente, que não se restringe a agressões físicas, mas engloba também abusos psicológicos, sexuais, negligência e abandono. Sua ocorrência, entretanto, não pode ser compreendida apenas como um problema individual ou familiar, pois está diretamente relacionada às expressões da questão social, manifestando-se em contextos marcados por desigualdades socioeconômicas, relações de poder assimétricas, precarização da vida cotidiana, fragilidade das políticas públicas e insuficiência das redes de proteção.

> A violência doméstica contra crianças e adolescentes se estrutura em relações hierárquicas marcadas por dominação e autoridade, muitas vezes dissimuladas sob o discurso disciplinar e educativo. Tais práticas, quando naturalizadas no ambiente familiar, tendem a tornar-se invisíveis tanto para a sociedade quanto para as instituições responsáveis pela proteção da infância, dificultando sua identificação, denúncia e enfrentamento Minayo *(2006, p.23)*

Essa naturalização é sustentada por discursos sociais que historicamente legitimam práticas coercitivas sob a justificativa de correção, educação ou autoridade, compondo o próprio discurso sobre a questão social, que tende a responsabilizar as famílias de forma isolada, desconsiderando os fatores estruturais que atravessam a vida desses sujeitos.

A violência doméstica produz consequências que ultrapassam o comprometimento do bem-estar integral, afetando de forma profunda a formação emocional, social e subjetiva de crianças e adolescentes. Trata-se de um processo que rompe vínculos de confiança, fragiliza a autoestima e interfere diretamente na construção da autonomia e da identidade, repercutindo ao longo de toda a trajetória de vida. Reconhecer essa gravidade é essencial para orientar políticas públicas que assegurem proteção e condições dignas de crescimento.

Nesse sentido, Fonseca (2009) destaca que a violência doméstica se insere no cotidiano das relações interpessoais e, ao ser naturalizada, perpetua-se silenciosamente, dificultando o acesso das vítimas às redes de proteção social.

Essa dinâmica de violação está ancorada em uma cultura patriarcal e adultocêntrica, na qual as figuras parentais ou responsáveis detêm poder quase

absoluto sobre os corpos e a vida das crianças e adolescentes. Saffioti (2004) enfatiza que a violência de gênero e geracional é sustentada por estruturas sociais desiguais, que reforçam a hierarquização entre os membros da família e legitimam práticas abusivas sob a justificativa de autoridade ou correção.

As implicações da violência doméstica no processo de desenvolvimento infantil e juvenil são significativas, particularmente no que se refere à escolarização e à saúde mental.

De acordo com Assis (2002 p.101):

> Crianças e adolescentes que vivenciam situações de violência no ambiente doméstico tendem a apresentar maiores índices de evasão escolar, dificuldades de aprendizagem, sintomas de ansiedade, depressão e comportamentos autolesivos, impactando negativamente seu desenvolvimento biopsicossocial.

Estudos empíricos, como o de Fatori de Sá et al. (2010), evidenciam a correlação entre a exposição à violência doméstica — incluindo punições físicas severas, consumo abusivo de álcool por responsáveis e violência conjugal — e o aumento da vulnerabilidade ao desenvolvimento de transtornos mentais em crianças e adolescentes.

Uma pesquisa, realizada por Fatori de Sá et al. (2010) pela Universidade Federal de São Paulo, em uma comunidade de baixa renda no município de Embu-SP, identificou a prevalência de sintomas de ansiedade, depressão e comportamentos agressivos entre os sujeitos expostos, reafirmando o impacto adverso da violência familiar sobre o desenvolvimento psíquico de escolares.

A literatura especializada indica que experiências precoces de negligência, abuso físico, psicológico ou sexual produzem efeitos duradouros sobre a saúde mental, sendo associada a quadros de transtorno de ansiedade, depressão, baixa autoestima, dificuldades na formação da identidade e transtornos de personalidade (Fonseca, 2009). Esses efeitos não se encerram na infância ou adolescência, podendo perdurar na vida adulta, influenciando relações interpessoais, trajetória escolar e inserção social dos sujeitos vitimizados.

3. A Intervenção do Serviço Social no Contexto da Violência Doméstica

Diante da complexidade da violência doméstica e de seus impactos na saúde mental de crianças e adolescentes, o Serviço Social, enquanto profissão comprometida com os princípios da justiça social, da liberdade e da defesa intransigente dos direitos humanos, desempenha um papel estratégico no

enfrentamento dessa problemática. Sua intervenção se orienta por um projeto profissional que articula dimensão ética, política e técnica, visando à promoção de direitos e à transformação das condições sociais que geram desigualdades e violações.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social, conforme delineado por Silveira (2008), propõe uma atuação crítica, propositiva e comprometida com a superação das práticas meramente assistencialistas. Trata-se de uma proposta de intervenção que busca incidir sobre as estruturas sociais que produzem exclusão e sofrimento, promovendo a equidade, a participação democrática e o reconhecimento das diversidades.

A prevenção de agravos à saúde mental na infância e adolescência requer a articulação de políticas públicas integradas e intersetoriais. Como indicam Fatori de Sá et al. (2010 p.14):

> Estratégias como visitas domiciliares realizadas por profissionais capacitados em saúde mental, ações de educação em direitos e campanhas de prevenção à violência familiar são fundamentais para a identificação precoce de situações de vulnerabilidade e para o fortalecimento da rede de proteção social. Essas ações, quando desenvolvidas de forma articulada entre as áreas da saúde, da assistência social, da educação e da justiça, ampliam a efetividade das políticas públicas e promovem o cuidado integral dos sujeitos em desenvolvimento.

Nesse contexto, o Serviço Social deve ir além das rotinas burocráticas, adotando uma prática crítica que integre escuta qualificada, acolhimento ético e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Isso implica desenvolver intervenções que não apenas tratem a demanda imediata, mas que contribuam para restaurar relações afetivas fragilizadas, incentivar o protagonismo dos sujeitos e articular de forma eficaz os recursos da rede de proteção. Ao reconhecer as singularidades de cada criança, adolescente e família, o profissional pode construir estratégias de cuidado mais sensíveis, contextualizadas e alinhadas aos condicionantes sociais que permeiam suas trajetórias, garantindo uma atuação mais humanizada e comprometida com a defesa dos direitos.

A construção de redes de apoio locais e a articulação com os Conselhos de Direitos, Conselhos Tutelares e demais instâncias do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), são instrumentos fundamentais para assegurar a efetividade das

ações protetivas. O compromisso do Serviço Social com a defesa da infância e adolescência em situação de violência exige, portanto, uma atuação fundamentada em princípios éticos, numa perspectiva crítica e interdisciplinar, voltada à promoção da autonomia e da cidadania dos sujeitos atendidos. O trabalho interdisciplinar ocorre pela integração de diferentes áreas, como Serviço Social, Psicologia, Saúde, Educação e Direito, que articulam informações e constroem intervenções conjuntas para atender esse público. Essa atuação favorece a identificação precoce de impactos emocionais, o cuidado contínuo e humanizado e o fortalecimento da proteção e dos direitos, contribuindo para sua autonomia e desenvolvimento saudável.

3.1 Concepção crítica do Serviço Social na Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes

Sob uma perspectiva crítica, é fundamental reconhecer que os danos psíquicos decorrentes da violência não se restringem a fatores individuais ou de ordem patológica, mas estão profundamente enraizados nas estruturas sociais desiguais, na negação de direitos e na exclusão histórica de grupos socialmente vulnerabilizados. Essa compreensão amplia o olhar sobre o sofrimento psíquico, ao relacioná-lo aos contextos socioeconômicos e culturais que o produzem e reproduzem, evidenciando que a saúde mental é também uma expressão das condições sociais de existência.

Nesse sentido, torna-se essencial problematizar a construção social da noção de "humano" e reconhecer como determinadas infâncias são sistematicamente excluídas do direito à dignidade, ao cuidado e à proteção.

Segundo Coimbra (2009), o conceito de humano foi historicamente produzido como instrumento de controle social, estabelecendo padrões normativos de normalidade que resultam na desumanização de sujeitos que não se enquadram nesses critérios.

Essa lógica de exclusão incide diretamente sobre crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, cujas experiências são frequentemente invisibilizadas ou reduzidas a diagnósticos patologizantes, desconsiderando os determinantes sociais de seu sofrimento.

No Brasil as expressões da questão social repercutem de diferentes formas na sociedade, principalmente na vida de crianças e adolescentes por causa de desigualdade social e insuficiência da rede pública de educação, saúde e proteção social

Segundo Bardaró (2013 P.1):

> A questão social, cuja gênese é o conflito capital-trabalho, possui atualmente expressões múltiplas (pobreza, desemprego, violência, discriminação de gênero, raça, etnia e orientação sexual, trabalho precário, dificuldade de acesso à saúde, à educação e ao trabalho, falta de moradia, violação dos direitos das crianças e idosos), e como tal, carece da articulação de ações diversificadas capazes de inserir no jogo social e garantir direitos aos invalidados não só pela 'desfiliação', mas pela própria conjuntura histórica do país.

A concepção crítica do Serviço Social propõe uma leitura ampliada da realidade social, reconhecendo a expressões da questão social não como atributo exclusivamente individual, mas como uma construção relacional, social e histórica. Nesse sentido, Hildebrand et al. (2019) destacam que "o suporte social, aliado às práticas educativas saudáveis, contribui para moderar o efeito negativo de situações de vulnerabilidade e protege as crianças contra cuidados precários, desamparo, violência e isolamento" (p. 11).

Sendo assim, a atuação do Serviço Social deve estar voltada para o fortalecimento de redes de apoio, a ampliação do acesso a direitos sociais e a transformação das condições estruturais que produzem desigualdades e violências Portanto, ancorado em seu Projeto Ético-Político, o Serviço Social reafirma seu compromisso com a defesa intransigente dos direitos de crianças e adolescentes, com uma prática profissional crítica e transformadora, voltada à superação das expressões da questão social primeira vez que a menciona, mas não discorre e à promoção do desenvolvimento humano em sua integralidade.

4. Políticas Públicas de Proteção e Saúde Mental para Crianças e Adolescentes

A saúde mental de crianças e adolescentes é um tema crucial na sociedade contemporânea, especialmente considerando o impacto significativo que diversas situações de vulnerabilidade podem ter sobre seu desenvolvimento. As políticas públicas voltadas para esta faixa etária são essenciais para garantir um ambiente seguro e saudável. Um dos principais avanços nesse contexto foi a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

> A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, representou um marco jurídico e político fundamental na consolidação do paradigma da proteção integral, ao reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, rompendo com a lógica tutelar anteriormente vigente (Silveira, 2008 p.11).

A partir desse instrumento legal, inaugura-se uma nova cultura de responsabilização compartilhada entre Estado, família e sociedade civil, orientada

pela garantia da dignidade e do desenvolvimento pleno dos sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento.

O ECA estabelece diretrizes que demandam a articulação intersetorial das políticas públicas, exigindo a atuação integrada dos setores de saúde, educação, assistência social e justiça. Tal perspectiva convoca os profissionais do Serviço Social a uma intervenção ética, qualificada e crítica, voltada à defesa dos direitos humanos e à superação das desigualdades estruturais que afetam a infância e a adolescência em situação de vulnerabilidade.

A efetividade das ações de enfrentamento à violência doméstica pressupõe o fortalecimento das redes de proteção social, a exemplo dos Conselhos Tutelares, do Sistema de Garantia de Direitos, bem como dos serviços públicos nas áreas de saúde, educação e assistência social. Além disso, torna-se indispensável a implementação de políticas preventivas e a oferta de formação continuada aos profissionais que atuam diretamente com esse público. Conforme destaca Abramovay (2005), é necessário compreender a violência como um fenômeno histórico e relacional, que exige respostas coletivas e estruturadas, orientadas por princípios de justiça social e promoção dos direitos humanos.

Considerando a elevada incidência de problemas de saúde mental entre crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, torna-se urgente a formulação de políticas públicas que contemplem intervenções precoces e estratégias de fortalecimento da resiliência. Hildebrand et al. (2019) ressaltam que a percepção de suporte emocional e social adequado constitui um importante fator de proteção, capaz de mitigar os efeitos adversos da violência e de favorecer a recuperação emocional dos sujeitos. Nesse sentido, programas de atenção psicossocial, o fortalecimento das linhas de cuidado infanto-juvenil e a consolidação do trabalho em rede entre os serviços de saúde, assistência social e educação são ações essenciais para garantir a proteção integral e a promoção da saúde mental dessa população em condição de vulnerabilidade.

5. O Papel da Família e da Escola na Proteção da Saúde Mental de Crianças e Adolescentes

Além das intervenções institucionais e das políticas públicas, é fundamental reconhecer a importância da família e da escola como instâncias primárias de socialização e proteção, com papel central na promoção da saúde mental de crianças

e adolescentes. Essas esferas de convivência cotidiana exercem influência direta sobre o desenvolvimento emocional, cognitivo e social dos sujeitos em idade escolar.

A exposição à violência doméstica afeta negativamente o processo de escolarização, interferindo no desempenho acadêmico, na capacidade de concentração, na socialização e na autoestima.

Conforme Assis (2002 n.p.):

> Crianças e adolescentes que vivenciam situações de violência intrafamiliar tendem a apresentar dificuldades de aprendizagem, evasão escolar, sintomas depressivos, transtornos de ansiedade e comportamentos autolesivos, comprometendo seu desenvolvimento biopsicossocial.

Nesse contexto, a família deve ser compreendida como um agente de proteção e cuidado. Contudo, em situações de violência doméstica, esse papel é frequentemente fragilizado, o que impacta diretamente a construção da resiliência e o bem-estar emocional dos filhos. Hildebrand et al. (2019) ressaltam que o "estabelecimento de rotina ou regras na vida das crianças e adolescentes facilitou o desenvolvimento da resiliência" (p. 2), evidenciando a importância de um ambiente familiar acolhedor e harmonioso.

Por sua vez, a escola assume uma função estratégica no enfrentamento da violência e na promoção da saúde mental, atuando como espaço privilegiado de escuta, acolhimento e intervenção precoce. Ainda segundo Hildebrand et al. (2019), crianças e adolescentes que percebem menor suporte emocional por parte dos professores apresentam maiores índices de baixa resiliência, o que reforça a necessidade de um olhar atento por parte da equipe pedagógica e multiprofissional.

Assim, o papel da escola transcende sua função pedagógica tradicional, devendo atuar de forma articulada com as redes de proteção social, visando à construção de um ambiente educativo seguro, inclusivo e promotor de saúde mental. A formação contínua de educadores, o fortalecimento do vínculo escola-família e a integração com políticas públicas são estratégias fundamentais para garantir o desenvolvimento integral dos sujeitos em situação de vulnerabilidade.

6. Resultados e Discussões

A revisão de literatura e a análise dos estudos evidenciaram que a violência doméstica exerce impactos profundos e duradouros na saúde mental de crianças e adolescentes, Esses achados ressaltam a necessidade de compreender a violência doméstica não apenas como um evento isolado, mas como parte de um conjunto de

vulnerabilidades interconectadas que afetam a vida infanto-juvenil. Manifestando-se em quadros de ansiedade, depressão, dificuldades de aprendizagem, evasão escolar e comportamentos autolesivos (Assis, 2002; Assis et al., 2009).

Os dados de Feitosa et al. (2011) e Hildebrand et al. (2015) confirmam a elevada prevalência de transtornos psiquiátricos nessa população, com índices que variam de 9% a 21% em contextos internacionais e de 65,5% em serviços especializados no Brasil. Além disso, esse cenário é intensificado por fatores socioeconômicos, como desemprego, pobreza e uso abusivo de álcool por parte dos cuidadores, demonstrando que os determinantes sociais desempenham papel central na perpetuação das expressões da questão social.

Observou-se ainda que a exposição simultânea à violência doméstica, escolar e comunitária intensifica o sofrimento psíquico, restringindo o desenvolvimento emocional e cognitivo.

Por outro lado, estudos como os de Ferriolli, Marturano e Puntel (2007) e Hildebrand et al. (2019 n.p.):

> Indicaram que rotinas estruturadas, suporte afetivo, participação em atividades escolares e extracurriculares, bem como vínculos positivos com professores, funcionam como fatores protetivos, favorecendo a resiliência e mitigando os efeitos da violência.

Essas evidências sugerem que, mesmo em contextos de adversidade, a presença de redes de apoio e estruturas de cuidado pode atuar como amortecedor do impacto negativo da violência doméstica.

Além disso, identificou-se a fragilidade das políticas públicas voltadas à infância e juventude, marcada pela insuficiência de serviços especializados, pela ausência de estratégias preventivas e pela predominância de uma lógica adultocêntrica nas tomadas de decisão (Cubas et al., 2024; Souza; Panúncio-Pinto; Fiorati, 2019). Neste contexto, o Serviço Social emerge como ator fundamental, responsável pela defesa de direitos, articulação intersetorial e promoção de políticas públicas integradas, desempenhando papel estratégico na proteção infanto-juvenil (Silveira, 2008; Ferreira; Côrtes; Gontijo, 2018).

Os resultados confirmam que a violência doméstica deve ser compreendida como um fenômeno multidimensional, que transcende aspectos individuais e se relaciona com desigualdades sociais, econômicas e culturais (Saffioti, 2004; Abramovay, 2005**).** A violência doméstica se manifesta de forma interligada a múltiplas dimensões da vida social. Ela não pode ser explicada apenas por características

individuais dos agressores ou das vítimas, pois está profundamente vinculada às desigualdades sociais, que aumentam situações de vulnerabilidade; às desigualdades econômicas, que limitam o acesso a direitos, oportunidades e redes de proteção; e às desigualdades culturais, que naturalizam práticas autoritárias, relações de poder e padrões de violência. Assim, compreender a violência doméstica exige olhar para esse conjunto de fatores estruturais que produzem e mantêm ciclos de violação de direitos.

A naturalização da violência, frequentemente camuflada como prática disciplinar (Minayo, 2006), contribui para sua invisibilidade e perpetuação, reforçando a necessidade de estratégias educativas e políticas públicas que promovam a conscientização e prevenção. Nesse cenário, tanto a família quanto a escola emergem como instâncias fundamentais para a proteção e promoção da saúde mental.

> No entanto, a literatura demonstra que, em contextos de vulnerabilidade, essas instituições muitas vezes falham em cumprir suas funções protetivas, seja pela reprodução de padrões abusivos no ambiente doméstico, seja pela ausência de práticas de acolhimento e escuta no ambiente escolar (Chociay Junior et al., 2023; Taño; Matsukura, 2020 n.p.**).**

Tal constatação reforça a necessidade de articulação entre atores institucionais e comunitários, visando à proteção integral da criança e do adolescente.

A articulação entre políticas públicas, redes de proteção e profissionais qualificados, especialmente assistentes sociais, psicólogos e educadores, mostra-se essencial para o enfrentamento do problema. O fortalecimento de dispositivos como os Centros de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi) e a efetiva implementação da Rede de Atenção psicossocial (RAPS) representam avanços significativos, mas ainda insuficientes diante da elevada demanda e da carência de serviços em regiões periféricas e comunidades vulneráveis (Soares; Araújo; Chaves, 2018; Braga; D'Oliveira, 2019). Portanto, a atuação coordenada e qualificada desses profissionais é determinante para ampliar a efetividade das políticas de proteção e atendimento.

A discussão aponta ainda que a promoção da resiliência não deve ser reduzida a uma competência individual, mas entendida como resultado da interação entre sujeitos, instituições e políticas públicas. Dessa forma, é necessário superar visões patologizantes e individualizantes do sofrimento infantil, ampliando o foco para os determinantes sociais e estruturais que condicionam a saúde mental (Coimbra, 2009; Hildebrand et al., 2019), consolidando uma abordagem integral e intersetorial para a proteção da infância e adolescência.

Considerações finais

Este estudo evidencia que a violência doméstica contra crianças e adolescentes constitui um fenômeno estrutural e relacional, com consequências graves para a saúde mental e para o desenvolvimento biopsicossocial. A elevada prevalência de transtornos emocionais e comportamentais nesse público reforça a urgência de políticas públicas intersetoriais, capazes de integrar saúde, educação, assistência social e justiça em ações preventivas, protetivas e de cuidado integral.

A pesquisa dedicou-se a analisar a interface entre violência doméstica e saúde mental infantojuvenil, destacando o papel do Serviço Social nesse contexto. O objetivo de analisar as formas de intervenção do assistente social nas demandas de famílias em situação de violência doméstica e os impactos psicossociais decorrentes dos determinantes sociais dessa vivência foi plenamente atingido.

Verificou-se que tanto a família quanto a escola desempenham papéis complementares e indispensáveis na proteção da infância e na promoção da saúde mental. No entanto, a carência de políticas públicas específicas e a predominância de uma lógica adultocêntrica constituem obstáculos significativos à efetividade das ações voltadas a esse público. A ausência de estratégias preventivas e o enfraquecimento das redes de apoio contribuem para a perpetuação das situações de vulnerabilidade, evidenciando a necessidade de atuação integrada entre Estado e sociedade civil.

O Serviço Social, apresenta-se como profissão central na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, no fortalecimento da resiliência comunitária e na promoção de práticas emancipatórias. No contexto do capitalismo, falar em resiliência comunitária, defesa de direitos e práticas emancipatórias significa afirmar valores éticos e críticos que se contrapõem às desigualdades estruturais. Portanto o Serviço Social, orientado pelo seu Projeto Ético-Político, atua fortalecendo comunidades, protegendo crianças e adolescentes e promovendo autonomia, não para adaptar sujeitos às condições opressoras, mas para resistir a elas e transformá-las. Assim, essas categorias expressam práticas que reafirmam a dignidade humana, ampliam direitos e impulsionam processos de emancipação em meio às contradições sociais. Sua atuação crítica, interdisciplinar e humanizada é indispensável para romper o ciclo de violências e desigualdades que atravessam o cotidiano infantojuvenil, reafirmando o compromisso com a justiça social e a dignidade humana.

Nesse sentido, recomenda-se a ampliação e o fortalecimento de políticas públicas por parte do Estado, voltadas à capacitação contínua de profissionais das áreas de saúde, educação e assistência social, a fim de aprimorar a identificação precoce e o manejo adequado de situações de violência doméstica. É igualmente necessária a consolidação de estratégias de articulação intersetorial, promovendo o diálogo entre diferentes políticas públicas e instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Além disso, devem ser incentivadas ações comunitárias de prevenção e promoção da saúde mental**,** com foco na formação de redes de apoio locais e no engajamento da sociedade civil.

O enfrentamento da violência doméstica demanda não apenas serviços especializados e atendimento técnico qualificado, mas também transformações estruturais voltadas à redução das desigualdades sociais, à valorização da infância e à efetivação do direito universal à saúde mental. A consolidação de uma rede de proteção social sólida e interligada depende de investimentos públicos contínuos, formação profissional permanente e de um compromisso ético e político com a defesa da vida e a garantia dos direitos humanos.

Por fim, a promoção da saúde mental de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica deve transcender o atendimento emergencial, configurando-se como política pública permanente de cuidado, prevenção e inclusão social. Pois é dever do Estado garantir políticas públicas eficazes que assegurem a proteção integral de crianças e adolescentes, promovam o acesso a direitos sociais fundamentais e enfrentem as desigualdades que atravessam seus contextos de vida. Essas políticas devem ser articuladas, de forma contínuas e orientadas pelos princípios da universalidade, equidade e participação social, assegurando condições concretas para o desenvolvimento social, emocional e psicológico desse público, garantindo o direito a uma vida digna, livre de violências e pautada na proteção integral.

Referências:

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas.** Brasília: UNESCO; FLACSO, 2005.

BARDARÓ, Lúcia. **Múltiplas expressões da questão social ecoam sob a infância e juventude.** Serviço Social, Brasília, v. 15, n. 32, p. 167-183, jan./jun. 2013

ASSIS, Simone Gonçalves de. **Violência familiar contra crianças e adolescentes: uma questão de saúde pública?** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 101-109, jan./fev. 2002. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-311X2002000100011. Acesso em: 27 maio 2025.

BRAGA, L. L.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L. **Serviços de atenção psicossocial para crianças e adolescentes: avanços e limitações da RAPS no Brasil.** Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 24, n. 11, p. 4151-4160, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-812320182411.32382017. Acesso em: 27 maio 2025.

CHOCIAY JUNIOR, J. M. et al. **Experiências escolares e vulnerabilidades psicossociais de adolescentes vítimas de violência doméstica.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 28, e280047, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-24782023280047. Acesso em: 27 maio 2025.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **A invenção do humano como modo de assujeitamento.** In: LOBO, L. F.; NASCIMENTO, M. L. do (org.)**.** Política e afetividade: práticas clínicas em territórios vulneráveis. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2009. p. 25-42.

CUBAS, V. F. et al. **Saúde mental infantojuvenil e políticas públicas: avanços e desafios no contexto contemporâneo.** Revista de Saúde Coletiva (PHYSIS), Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 1-18, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-73312024000200001. Acesso em: 27 maio 2025.

FATORI DE SÁ, D. G. et al. **Fatores de risco para problemas de saúde mental na infância/adolescência.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 26, n. 4, p. 643-652, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000400016. Acesso em: 27 maio 2025.

FEITOSA, P. E. et al. **Transtornos mentais em crianças e adolescentes expostos à violência doméstica: prevalência e fatores associados.** Revista Brasileira de Psiquiatria, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 21-28, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1516-44462011000100006. Acesso em: 27 maio 2025.

FERREIRA, A. R.; CÔRTES, M. L. P.; GONTIJO, L. F. Serviço **Social e políticas públicas para infância e adolescência: interfaces com a saúde mental.** Revista Katálysis, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 432-442, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n2p432. Acesso em: 27 maio 2025.

FERRIOLLI, S. H.; MARTURANO, E. M.; PUNTEL, L. P. **Contextos de desenvolvimento e problemas de saúde mental em escolares.** Psicologia: Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 488-498, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-79722007000300017. Acesso em: 27 maio 2025.

FONSECA, Cláudia. **Quando cada caso NÃO é um caso: questões de gênero, raça e idade na análise de situações de abuso sexual infantil.** Cadernos Pagu, Campinas, n. 32, p. 55-80, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-83332009000200004. Acesso em: 27 maio 2025.

FONSECA, Rosana. **Violência doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes – nossa realidade.** In: FUNDAÇÃO ORSA. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: um olhar interdisciplinar. São Paulo: Cortez, 2009. p. 45-67.

HILDEBRAND, N. A. et al. **Resiliência e problemas de saúde mental em crianças e adolescentes vítimas de violência.** Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 53, n. 17, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.11606/S1518-8787.2019053000391. Acesso em: 27 maio 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Violência contra crianças e adolescentes: visibilidade social e práticas institucionais.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVEIRA, Darlene de Moraes. **A interface entre o projeto ético-político do Serviço Social e a defesa dos direitos da criança e do adolescente**. 2008. 257 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOARES, C. L. M.; ARAÚJO, A. P.; CHAVES, C. L**. A rede de atenção psicossocial e a proteção à infância: desafios na efetivação da política pública.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 132, p. 223-240, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0101-6628.152. Acesso em: 27 maio 2025.

SOUZA, A. P. de; PANÚNCIO-PINTO, M. P.; FIORATI, R. C. **Intersetorialidade e integralidade no cuidado à saúde mental de crianças e adolescentes: desafios e potencialidades.** Interface – Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 23, n. 1, p. 1-14, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/Interface.180687. Acesso em: 27 maio 2025.

TAÑO, B. L.; MATSUKURA, T. S. **A escola como espaço de promoção de saúde mental: práticas e desafios.** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, e00023419, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-311X00023419. Acesso em: 27 maio 2025.